

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.618.932 - SC (2016/0208529-5)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE RIO DO SUL
ADVOGADOS : GIOVANI GALVAN - SC014266
DIOGO MACHADO ULISSES FIGUEIREDO - SC030037
AGRAVADO : MARIA KABROWSKI PADILHA
AGRAVADO : LINDAIR PADILHA RISKE
AGRAVADO : LINDACIR PADILHA SALVADOR
AGRAVADO : LINDAMIR PADILHA
ADVOGADOS : RODRIGO DE SOUZA - SC012788
DIOGO JOSE DE SOUZA - SC019661

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ACIDENTE DE TRABALHO. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DO MUNICÍPIO. ÓBITO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DECORRENTE DE ATROPELAMENTO POR PATROLA EM MARCHA A RÉ QUANDO DA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE ASFALTAMENTO EM VIA PÚBLICA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Na origem, trata-se de ação de indenização por danos morais por morte causada em acidente de trabalho c/c pedido de pensão em desfavor do Município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, alegando como causa de pedir da tutela jurisdicional. Na sentença, julgou-se parcialmente procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada.

II - Em exame ao referido recurso, e a alegação de que a vítima teria culpa exclusiva pelo acidente, verifico que tal alegação vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ. Por outro lado, em *obiter dictum*, verifico que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça encontra-se pacificada pela responsabilidade objetiva do Estado.

III - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de

Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

